

# A Atuação de Atores Privados do Movimento Todos pela Base na Rede Estadual do Espírito Santo: mapeamento e caracterização<sup>1</sup>

**Andresa Cóstola**

Universidade Estadual Paulista 'Júlio de Mesquita Filho' (UNESP), Rio Claro/SP – Brasil

**Raquel Fontes Borghi**

Universidade Estadual Paulista 'Júlio de Mesquita Filho' (UNESP), Rio Claro/SP – Brasil

## Resumo

O estudo é proveniente de pesquisa de mestrado em andamento e integra pesquisa interinstitucional realizada por pesquisadores da UNICAMP, UNESP, USP. Tem como objetivo investigar a atuação dos atores privados que compõem o Movimento Todos pela Base (MBNC) na rede estadual do Espírito Santo (ES), no período de 2013-2019. Para tanto, foram mapeadas as ações, programas e projetos que esses atores têm oferecido à rede estadual para a área de currículo. O mapeamento foi realizado no site da secretaria estadual de educação do ES e no banco de dados *Mapeamento de atores privados na educação pública* do Grupo de Estudos e Pesquisa em Política Educacional (GREPPE). Os resultados preliminares evidenciam que houve um aumento significativo de projetos iniciados em 2019 e que, em sua maioria, os projetos são voltados para a categoria dos docentes. Esse aumento pode estar relacionado com a aprovação da Base e seu prazo de implementação.

Palavras-chave: **Privatização. Reformadores Empresariais. Currículo. Base Nacional Comum Curricular.**

## *The Role of Private Actors of Todos pela Base Movement in the Espírito Santo State Network: mapping and characterization*

## Abstract

This study comes from ongoing master's research and integrates interinstitutional research carried out by researchers from UNICAMP, UNESP, USP. It aims to investigate the performance of private actors that make up the *Todos pela Base* (MBNC) movement in the state network of Espírito Santo (ES), in the period 2013-2019. To this end, the actions, programs and projects that these actors have in partnership with the state school for the curriculum area were mapped. The mapping was carried out on the website of the state education department of Espírito Santo and in the *Mapping of private actors in public education* database of GREPPE - Group of Studies and Research in Educational Policy. The preliminary results show that there was a significant increase in projects started in 2019 and that, in the majority, the projects are aimed at the category of teachers. This increase may be related to the approval of the Base and its implementation period.

Keywords: **Privatization. Corporate Reformers. Curriculum. Common National Base.**

<sup>1</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

## *La Actuación de los Actores Privados del Movimiento Todos por la Base en la Red Estatal de Espírito Santo: mapeo y caracterización*

### Resumen

Este estudio parte de una investigación de maestría en curso e integra investigaciones interinstitucionales realizadas por investigadores de la UNICAMP, la UNESP y la USP. Tiene como objetivo investigar el desempeño de los actores privados que componen el Movimiento Todos por la Base (MBNC) en la red estatal de Espírito Santo (ES), en el período 2013-2019. Para ello, se mapearon las acciones, programas y proyectos que estos actores han ofrecido a la red estatal para el área curricular. El mapeo se realizó en la página web de la Secretaría de Estado de Educación de ES y en la base de datos Mapeo de actores privados en la educación pública del Grupo de Estudios e Investigación en Política Educativa (GREPPE). Los resultados preliminares muestran que ha habido un aumento significativo de los proyectos iniciados en 2019 y que, en su mayor parte, los proyectos están dirigidos a la profesión docente. Este aumento puede estar relacionado con la aprobación de la Base y su plazo de aplicación.

Palabras-clave: **Privatización. Reformadores Empresariales. Currículo. Base Nacional Común Curricular.**

### Introdução

Passamos por um momento particular de crise e expansão do capitalismo, que tem criado estratégias para sua superação – neoliberalismo, globalização, terceira via – (PERONI; CAETANO, 2015). Tais estratégias tendem a redefinir a função do Estado, tornando-o apenas um financiador do setor privado, ao transferir serviços antes de sua responsabilidade para o setor privado, que entende a educação por uma visão gerencialista. O presente trabalho, portanto, pretende dar continuidade à discussão iniciada com o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado *Os reformadores empresariais e as políticas educacionais: análise da influência do movimento todos pela base nacional comum no processo de construção da BNCC*, que indica que novos campos de atuação surgem pós-aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Com isso, este estudo, proveniente de pesquisa de mestrado em andamento, integrando pesquisa interinstitucional no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisa em Política Educacional (GREPPE) (UNICAMP, UNESP, USP), tem por objetivo investigar a atuação dos atores privados que compõem o Movimento Todos pela Base (MBNC) na rede estadual do Espírito Santo (ES), no período de 2013-2019. Tal grupo é composto por instituições privadas que se uniram para debater e influenciar o processo de homologação e implementação da BNCC (CÓSTOLA; BORGHI, 2018b).

Desse modo, pretende-se verificar se há e como ocorre a atuação desses atores do setor privado no Espírito Santo, antes e agora com os novos campos de atuação curriculares que se abrem com a aplicação da BNCC. Para tanto, foram mapeadas as ações, programas e projetos que esses atores têm em parceria com a rede estadual na dimensão do currículo. Essa área inclui todos os insumos curriculares, como: material didático; formação continuada; kits escolares (editoriais, informacionais, etc.); projetos pedagógicos; atividades de enriquecimento curricular para além do obrigatório (dentro da mesma lógica que o reforço curricular) etc. (ADRIÃO et al., 2018). O mapeamento foi realizado no site da Secretaria

Estadual de Educação do ES e no banco de dados *Mapeamento de atores privados na educação pública* do GREPPE<sup>2</sup>.

Os procedimentos específicos que se seguiram foram: i) identificar os programas de privatização do currículo nas redes públicas estaduais do Espírito Santo, entre os anos de 2013 a 2019, com os quais os atores privados que atuam no MBNC têm relação; ii) caracterizar os programas identificando seu público alvo, etapas atendidas e todos os atores envolvidos; iii) verificar se houve aumento significativo de ações ofertadas por esses atores durante os anos de discussão, homologação e implementação da BNCC; e, por fim, iv) analisar a atuação do Movimento à luz das discussões da redefinição do papel do Estado.

Para tanto, é necessário partir do entendimento, como já mencionado acima, de que passamos por um período particular do capitalismo, em que este tenta superar seu momento de crise e se expandir; esse contexto tem criado situações de envolvimento dos reformadores empresariais (RAVITCH, 2011), que estão cada vez mais organizados em redes locais e globais (BALL, 2014). Esse conceito de reformadores, termo criado por Diane Ravitch (2011) *Corporate reformers*, refere-se aos reformadores empresariais da educação nos Estados Unidos. Freitas (2012), ao analisar os estudos da autora, vê que essa concepção de grupos e indivíduos pertencentes às esferas políticas, midiáticas, empresariais, filantrópicas, fundações, entre outras organizações, que se encontram alinhados à ideia de organização da iniciativa privada como método mais adequado para solução dos problemas da educação, encaixa-se à dos grupos empresariais que têm cada vez mais se envolvido na construção de demandas educacionais, interferindo na agenda de construção de políticas públicas. Destarte, utilizamos esse termo aqui, pois cremos que essa perspectiva corresponde aos atores pertencentes aos MBNC.

A pesquisa de conclusão de curso, anteriormente realizada, demonstrou que o envolvimento dos reformadores empresariais tem assumido diferentes formas na construção de políticas educacionais, como o modo como esses grupos aceleraram o processo de homologação da Base Nacional Comum Curricular, avançando com reuniões e produzindo documentos para a sua implementação, mesmo antes de o documento oficial ser aprovado (CÓSTOLA; BORGHI, 2018a), e como hoje eles têm produzido e difundido amplamente guias de regulamentação para efetivação da BNCC nas escolas (UNCME, 2020). Tudo isso indica como o setor privado tem rearticulado suas relações com o público, demonstrando como as relações público-privado carecem de mais estudos para entender-se as consequências dessas mudanças no cenário público. Ao levar em consideração esse momento de retrocessos democráticos que tem sido percebido ao nível nacional e internacional, em que cada vez mais o movimento conservador, como frisa Peroni (2018, p. 13), tem ganhado visibilidade e força na direção de políticas educacionais, “[...] cremos que nossas pesquisas devem contribuir também para entender melhor este processo, mapeando seus sujeitos e relações e compreender o conteúdo de suas propostas”.

Por esse motivo, investigamos a atuação de instituições que participaram do processo de elaboração e homologação da BNCC, o Movimento Todos pela Base (MBNC), examinando quais programas e ações têm sido oferecidas por eles às redes públicas estaduais do Espírito

<sup>2</sup> Projeto de Pesquisa financiado pela Fapesp - 2019/12230-7: Adrião et al. (2019-2021) Análise do mapeamento das estratégias de privatização da educação básica no Brasil: atores, programas e consequências para a educação pública.

Santo, entre os anos de 2013 a 2019. Dessa forma, realizamos o mapeamento ao utilizar de novas formas de comunicação virtual e eletrônica, como nos apresenta Ball (2014), obtendo um acesso amplo e detalhado para o 'social' em redes sociais, mais do que apenas a utilização de dados terrestres, ou seja, focando na espacialização das relações sociais, que é resultado do processo de globalização que tem se intensificado nas últimas décadas.

O período de estudo delimitado tem como fundamento o ano de composição do Movimento pela Base Nacional Comum, que foi construído em abril de 2013 com o objetivo, segundo ele, de discutir a criação de uma base comum que promovesse um sistema educacional baseado no alinhamento curricular em benefício da equidade educacional, que pudesse influenciar em nível nacional a aprendizagem dos estudantes, a formação inicial e continuada de professores, o material didático utilizado em sala, bem como as avaliações internas e externas, estas que classificam a qualidade da educação brasileira (MOVIMENTO PELA BASE NACIONAL COMUM, 2016).

O movimento não governamental é constituído por pessoas e instituições que têm atuado na área da educação, como o Instituto Unibanco, Itaú BBA, Comunidade Educativa (CEDAC), Fundação Lemann, Instituto Natura, Fundação Roberto Marinho, Todos pela Educação, Instituto Ayrton Senna, entre tantos outros (CÓSTOLA; BORGHI, 2018a; SILVA; CANTARELLI, 2019), como mostra Figura 1. Esse grupo, como aponta Macedo (2014, p. 1540) “[...] toma o caminho do Todos pela Educação, mantido por alguns dos mesmos grupos econômicos”. Esses atores se autodeclaram instituições que trabalham por uma educação pública de qualidade, apoiando projetos chamados por eles como “inovadores em educação”, com “iniciativas empreendedoras”, atribuindo isso ao desenvolvimento da cidadania (MOVIMENTO PELA BASE NACIONAL COMUM, 2016), pensando em uma educação eficiente e eficaz nos moldes da lógica capitalista de mercado. Cóstola e Borghi (2018b), ao mapear os grupos e indivíduos envolvidos com o Movimento, demonstram que a maioria, ao contrário do que é dito, não faz parte efetivamente da área da educação, pois não se constitui de professores ou gestores escolares, mas sim de instituições ligadas ao mercado educacional.

[O Movimento] posiciona-se como uma ferramenta em defesa da garantia dos direitos de aprendizagem e de mobilização na elevação da escolarização e tem se sustentado na importância do voluntariado, da solidariedade e da responsabilidade social; entretanto, visa de fato o vasto mercado educacional e a imposição de uma agenda neoliberal (SILVA; CANTARELLI, 2019, p. 785).

Esses diferentes atores do MBNC, que formam alianças entre si com o foco no mercado educacional, como bem apontam Silva e Cantarelli (2019) e Cóstola e Borghi (2018a), não possuem uma concepção hegemônica de educação ou sociedade, mas sim disputam, convergem e divergem entre si; é um bloco formado por alianças entre atores múltiplos, (APPLE, 2003) em que suas ações são muitas vezes conflitantes. Apple (2003), embora trate de outra realidade que não a brasileira, possibilita vislumbrar esse segmento do setor privado buscando institucionalizar uma agenda educacional que atenda às suas demandas, superando parte de suas diferenças, para fazer valer um interesse em comum.

Embora existam tensões e conflitos evidentes no seio dessa aliança, em geral seus objetivos globais são oferecer as condições educacionais que seus componentes acreditam necessárias tanto para aumentar a competitividade internacional, o lucro e a disciplina quanto para nos fazer voltar a um passado romantizado de lar, família e escola 'ideais' (APPLE, 2003, p. 79-80).



Conselho de Administração do Instituto Unibanco e do Conselho de Administração do Itaú Unibanco Holding (INSTITUTO UNIBANCO, 2021). Outro ator ativo do Movimento e que tem relações diretas com o mercado financeiro internacional é a Fundação Lemann, de Jorge Paulo Lemann, este, que foi considerado um dos homens mais ricos do Brasil segundo a Forbes (2019) e é classificado como investidor e filantropo, possui diversas atuações através de projetos produzidos e realizados em escolas públicas e também na influência direta nas novas políticas educacionais (CÓSTOLA; BORGHI, 2018b). Canabrava e Teixeira (2017, p. 89) apontam que Lemann é um dos responsáveis por diversos investimentos “Hoje, o trio [Jorge Paulo Lemann, Marcel Telles e Beto Sicupira] controla a AB InBev, principal empresa do ramo cervejeiro do mundo, e marcas clássicas, conhecidas mundialmente, como a Burger King e a Heinz”. Além desses há também o Instituto Inspirare (2021), que é mantido exclusivamente com recursos da família Gradin, e tem como presidente Bernardo Gradin, ex-acionista do grupo Odebrecht (BERNARDO GRADIN, 2021).

A questão que pretendemos ressaltar apresentando esses atores é que o empresariado, muitos deles ligados ao mercado financeiro internacional, vem influenciando as políticas educacionais no Brasil (CÓSTOLA; BORGHI, 2018b), justificando suas intervenções em busca de equidade e melhoria da qualidade educacional, colocando-se como salvadores da educação ao se proporem como atores que têm a receita para tirar a educação desse quadro de caos que compromete a competitividade do País no cenário internacional (FREITAS, 2012). Essa concepção dos reformadores empresariais está pautada na lógica neoliberal de que quem está em crise é o Estado e não o capitalismo (HARVEY, 2014), e no paradigma da eficiência das instituições privadas (ENQUITA, 1989), a entender que tornando a escola mais próxima dos princípios empresariais e gerencialistas, reorganizando o processo educativo, resolver-se-iam os problemas de qualidade educacional. Essa concepção de educação, “de maneira a torná-la objetiva e operacional” (SAVIANI, 1986, p. 15), planejando a educação para ser eficiente, neutra e produtiva, caracteriza, de fato, uma pedagogia tecnicista que coloca tanto o professor quanto o alunado em segundo plano.

O posicionamento desses sujeitos sociais em assumir um papel educacional elaborando propostas, interferindo na construção de políticas públicas, na gestão escolar e nos currículos nacionais, acaba por produzir um conhecimento instrumental baseado apenas na racionalidade e produtividade. Nesse sentido, é essencial observar as ações que esses grupos têm realizado dentro do ambiente escolar e que foram viabilizadas pela reforma curricular dos últimos anos.

## Metodologia

Para investigar essas ações, programas e projetos que têm sido realizados na rede estadual de educação do Espírito Santo, no período analisado (2013-2019), mapeando os atores e sua frequência de incidência na dimensão da política educativa curricular, foram realizadas buscas em duas fontes de dados, uma primária e outra secundária. A primeira se deu através de buscas no site da secretaria estadual de educação do Espírito Santo, usando como descritores os nomes colocados entre aspas dos atores que compõem o MBNC em agosto de 2019, da seguinte forma: “Abave”, “CEIPE/FGV”, “Cenpec”, “Comunidade Educativa Cedac”, “Consed”, “Mariza Abreu”, “Fundação Lemann”, “Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal”, “Fundação Roberto Marinho”, “Fundación SM”, “Instituto Ayrton Senna”,

“Instituto Inspirare”, “Instituto Natura”, “Instituto Unibanco”, “Itaú BBA”, “Singularidades”, “Todos Pela Educação”, “Undime”. O total de resultados encontrados no site da secretaria estadual de educação do Espírito Santo foi de 596.

A segunda fonte de dados foi disponibilizada pela investigação realizada pelo GREPPE (ADRIÃO et al., 2018) em sua pesquisa acerca das tendências de privatização da oferta educativa, da gestão educacional e dos processos pedagógicos na educação básica brasileira, realizada entre 2005 e 2015 (GARCIA; ADRIÃO, 2018), pertinente à análise aqui feita, pois disponibiliza dados das dimensões das políticas educativas que foram analisadas na presente pesquisa, além de nos proporcionar informações diversas, já que as metodologias de busca utilizadas são diferentes.

**Tabela 1 – Número de informações por descritor encontradas no site da secretaria estadual de educação do Espírito Santo, pelo GREPPE e ao todo**

Atores do MBNC 2019-2020	Resultados SEDU ES
Abave	0
CEIPE/FGV	0
Cenpec	11
Cedac	1
Consed	24
Mariza Abreu	19
Fundação Lemann	4
Fundação Maria Cecília Souto Vidigal	0
Fundação Roberto Marinho	3
Fundación SM	0
Instituto Ayrton Senna	0
Instituto Inspirare	1
Instituto Natura	55
Instituto Unibanco	16
Itaú BBA	16
Singularidades	3
Todos Pela Educação	417
Undime	26
<b>Subtotal analisado no site da secretaria estadual de educação (SEDU ES)</b>	<b>596</b>
<b>Total (informações dentro do recorte temporal e com envolvimento dos atores do movimento)</b>	<b>21</b>

Fonte: Elaboração da autora.

Para analisar as informações primárias, juntamente com os dados disponibilizados pelo GREPPE, selecionamos apenas os dados que faziam parte do recorte temporal – 2013 a 2019 – e que faziam menção a algum dos 18 atores investigados. Com isso, obtivemos 21 dados relevantes à análise proposta, ou seja, após eliminar as informações que estavam fora do período proposto para a análise e dos que não tinham relação com os atores do MBNC, alcançamos 21 programas/ações com algum tipo de envolvimento desse segmento do setor

privado nas instituições de ensino público estadual do Espírito Santo. Esse número se refere a todo tipo de envolvimento do MBNC, dentre os dados temos informações da dimensão curricular e da gestão escolar, nenhum dado referente à oferta foi encontrado com a metodologia aqui utilizada. Isso não significa que não há incidência do setor privado na dimensão da oferta educativa, apenas simboliza que, partindo da metodologia utilizada, essas informações não foram encontradas<sup>3</sup>.

Nessa pesquisa nos referimos às três dimensões da política educacional, em que nos pautamos nos critérios de caracterização utilizados no mapeamento das estratégias de privatização da educação básica, definidos pelo GREPPE (ADRIÃO et al., 2018).

- a) Currículo: produção/distribuição e adoção de material didático; propostas de capacitação de professores; sistemas privados de ensino, premiação por desempenho de estudantes; inserção nos projetos pedagógicos; atividades de enriquecimento curricular para além do obrigatório, insumos curriculares de toda natureza incluindo digital.
- b) Gestão: desenvolvimento de softwares /sistemas de gestão; capacitação de gestores; avaliação de professores e gestores; pactos/ compromissos definição de prioridades educativas; transferência gestão unidades para organizações privadas;
- c) Oferta: oferecimento de vagas; equipamentos; infraestrutura; cursos de línguas ou similares; bolsas de estudo; convênios e contratos para oferta de vagas.

Como já mencionado, atentar-nos-emos à dimensão de privatização do currículo, aprofundando-nos na análise de seus objetivos e influências no ambiente escolar e na formação da rede dos atores envolvidos nesses projetos.

Com essas informações, coletadas no site da secretaria estadual de educação do Espírito Santo, podemos analisar a rede que tem se articulado e gerado os conteúdos que estão sendo difundidos nessas escolas estaduais, possibilitados e facilitados pelo financiamento do poder público.

## **O estado do Espírito Santo: a educação básica e a rede estadual de ensino**

Antes de expor os dados encontrados no mapeamento, apresentamos uma breve caracterização do estado do Espírito Santo, mostrando os dados do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), os governadores e secretários de educação à frente da gestão durante o período de análise desta pesquisa (2013-2019).

Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Espírito Santo apresentava no último censo um total de 3.514.952 habitantes, com população estimada para 4.018.650 pessoas em 2019, distribuídas em 78 municípios, com PIB em 2017 de R\$ 113.352 milhões e IDH de 0,740 (IBGE, 2010). O IDEB em 2017 na rede pública para os anos iniciais do ensino fundamental foi de 5,7, e, para os anos finais do ensino fundamental, de 4,4 (IBGE, 2017).

No período estudado, o estado teve dois governadores diferentes, em 2013 o governador Renato Casagrande do Partido Socialista Brasileiro (PSB) ocupava o cargo ao qual foi eleito no ano de 2011, permanecendo até 1º de janeiro de 2015. Após, Paulo Hartung

<sup>3</sup> Para referências sobre a incidência do setor privado na oferta educativa e na gestão educacional, ver Adrião et al. (2018) e Garcia e Adrião (2018).

assumiu como governador, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), mantendo-se no cargo até 1º de janeiro de 2019. Renato Casagrande reassumiu como governador eleito em 1º de janeiro de 2019 e é quem está em exercício até o momento da escrita deste artigo.

**Tabela 2 – Governadores do estado do Espírito Santo – 2011-2019**

Nome do Governador	Período de atuação		Partido
Renato Casagrande	1º de janeiro de 2011	1º de janeiro de 2015	Partido Socialista Brasileiro (PSB)
Paulo Hartung	1º de janeiro de 2015	1º de janeiro de 2019	Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)
Renato Casagrande	1º de janeiro de 2019	Em exercício	Partido Socialista Brasileiro (PSB)

Fonte: Elaboração da autora.

O Espírito Santo possui um Conselho Estadual de Educação (CEE/ES), criado em 09 de novembro 1962 apoiado pela Lei n. 1.735, que definiu suas funções. Ao longo do tempo, diversas leis alteraram a composição do conselho, a Lei Complementar n. 401 de 12 de julho de 2007 é a que se encontra vigente e decreta a competência do grupo enquanto órgão participativo e representativo de deliberação coletiva do sistema estadual de ensino, exercendo função normativa, consultiva, deliberativa e de assessoramento ao secretário de Estado da Educação; o número de conselheiros é de 14 titulares e 14 suplentes e seus mandatos foram fixados em quatro anos (SEDU, 2014). O secretário estadual de educação em exercício desde 1º de janeiro de 2019 é Vitor de Angelo, indicado pelo governador Renato Casagrande em 2018.

O Espírito Santo tem como sistema de avaliação o Programa de Avaliação da Educação Básica do Espírito Santo (PAEBES), que classifica os alunos em quatro parâmetros: Abaixo do Básico, Básico, Proficiente e Avançado.

O PAEBES teve início no ano de 2009 e visa avaliar os estudantes do Ensino Fundamental e Médio do Espírito Santo das escolas da rede estadual, redes municipais associadas e escolas particulares participantes, em relação ao nível de apropriação dos estudantes em Língua Portuguesa e Matemática (de todas as etapas avaliadas) e, em anos alternados, em Ciências Humanas e Ciências da Natureza (a partir do 9º ano EF) (SEDU, 2018).

Além do PAEBES, há também o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), que é desenvolvido e gerenciado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), e engloba a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar, conhecida como Prova Brasil, e a Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB). Nessas provas são avaliados o 1º, 2º, 3º, 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e o 3º ano do Ensino Médio.

Sobre o número de matrículas na educação básica do Espírito Santo, a maior parcela encontra-se em instituições de ensino municipais (512.944 matrículas, 61%), seguidas pelas instituições estaduais (239.055 matrículas, 28%) (Tabela 3). Esses dados demonstram que a oferta da educação ainda se encontra, em maior número, nas instituições públicas de ensino, como podemos ver nas pesquisas acerca da oferta educativa, realizadas por Adrião et al. (2018).

**Tabela 3 – Número de matrículas no Espírito Santo em 2019, por dependência administrativa**

Espírito Santo 2019	Ensino Regular					Educação de Jovens e Adultos (EJA)	
	Educação Infantil		Ensino Fundamental *		Ensino Médio *		
Dependência Administrativa	Creche	Pré-Escola	Anos Iniciais	Anos Finais	Ensino Médio	EJA Ens. Fundamental *	EJA Ensino Médio
Estadual	0	0	29.070	72.220	85.622	14.372	29.446
Federal	45	75	0	0	0	0	0
Municipal	65.905	93.425	203.756	113.444	0	16.899	216
Privada	6.701	10.532	36.939	26.314	12.344	39	85
Espírito Santo 2019	Educação Especial (alunos de escolas especiais, classes especiais e incluídos)						
	Educação Infantil		Ensino Fundamental *		Ensino Médio *	EJA	
Dependência Administrativa	Creche	Pré-Escola	Anos Iniciais	Anos Finais	Ensino Médio	EJA Ensino Fundamental *	EJA Ensino Médio
Estadual	0	0	1.346	3.362	2.940	341	336
Federal	0	3	0	0	0	0	0
Municipal	1.082	2.068	10.053	5.489	0	604	3
Privada	54	122	379	324	128	0	0

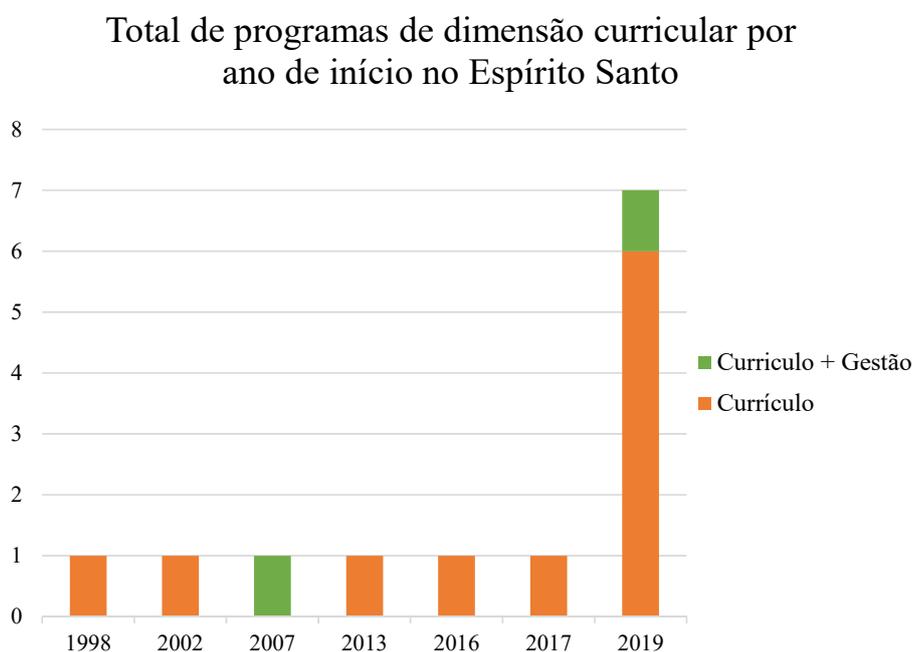
Notas: Ensino Fundamental: são considerados anos iniciais da 1ª a 4ª série para sistemas com 8 anos de duração, ou, do 1º ao 5º ano para sistemas com 9 anos de duração. Anos Finais é considerado da 5ª a 8ª série para sistemas com 8 anos de duração, ou, do 6º ao 9º ano para sistemas com 9 anos de duração. Ensino Médio: consideradas as matrículas do Ensino Médio Normal/Magistério. EJA - Ensino Fundamental e EJA - Ensino Fundamental (Educação Especial): consideradas as matrículas do Projovem Urbano.

Fonte: Inep/MEC 2019.

Além disso, ao analisar separadamente os dados pelas etapas da escolarização, vemos que as matrículas no ensino médio são, em sua maioria, feitas nas instituições estaduais (88%), seguida pelas instituições privadas (12%). Isso pode explicar o grande escopo de informações, encontradas no site da secretaria estadual de educação, relativas aos projetos no ensino médio dentro da dimensão curricular (38%). É o que abordaremos a seguir.

## Mapeamento da atuação dos atores privados do MBNC na educação estadual capixaba

O mapeamento realizado demonstrou que grande parte das ações realizadas pelos atores privados do MBNC se encaixam dentro da dimensão curricular (65% dos dados encontrados), lembrando que essa dimensão engloba todos os insumos curriculares, e que alguns projetos abarcam tanto uma dimensão quanto outras ao mesmo tempo. Temos, nesse caso, programas voltados para currículo e gestão concomitantemente, sendo 10% dos encontrados; programas que se encontram apenas com objetivos voltados para a dimensão do currículo, 55%; programas relativos apenas à gestão escolar, 35%, e, por último, a oferta educativa, na qual não foram encontrados dados seguindo a metodologia preestabelecida.

**Figura 2 – Total de programas curriculares por ano de início no Espírito Santo (1998-2019)**

Fonte: Elaboração da autora.

Dos 21 programas e ações que surgiram no mapeamento, 13 são voltados para a dimensão curricular, as quais serão analisadas adiante. Desses 13, temos programas que foram fundados desde 1998 até o ano de 2019; este último aparece com um aumento significativo de projetos iniciados, atingindo 7 programas, sendo 6 de dimensão curricular e 1 de dimensão de gestão juntamente com currículo (Figura 2). Tal aumento pode estar relacionado com a aprovação da Base e seu prazo de implementação, já que alguns programas iniciados em 2019 possuem relação com a BNCC segundo seus objetivos. Apresentaremos a seguir todos os programas que fazem menção à Base em seus objetivos.

1. Agenda da Aprendizagem de 2019: Na Agenda da Aprendizagem, a Frente de Regime de Colaboração está inserida no Tema Estratégico Base Nacional Comum Curricular em regime de Colaboração, que abrange ainda as frentes de Comunicação e Engajamento, Formação de Professores e Educação de Jovens e Adultos (SEDU, 2019e).
2. Desafio Inova Escola: fornece “Planos de Comunicação do Desafio Inova Escola” com materiais voltados à formação de professores relativos às metodologias ativas e seu uso na prática da BNCC em sala de aula (FUNDAÇÃO TELEFÔNICA VIVO, 2020).
3. Docente Articular (DA) de 2019: Programa de formação para a implementação do Currículo do Estado do Espírito Santo, que abrange a capacitação de professores e que em 2019 está voltado para as competências socioemocionais e temas integradores (SEDU, 2019a).
4. Formação em Comunidade de Aprendizagem: Programa produz materiais com o intuito de “[...] relacionar as concepções de ensino de leitura na educação infantil definidas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) com as bases teóricas,

princípios e práticas de uma aprendizagem dialógica defendida pela Comunidade de Aprendizagem” (COMUNIDADE DE APRENDIZAGEM, 2019, p. 106).

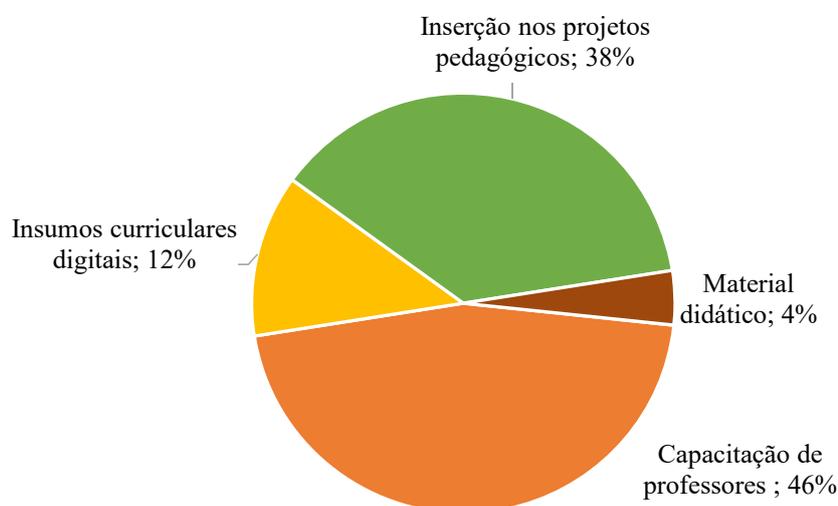
5. Formação em educação profissional: o programa visa capacitação de professores, por meio do qual “os educadores capacitados serão multiplicadores e implementadores do currículo de formação técnica” que faz parte do Itinerários Formativos da Base (SEDU, 2019b).

6. Nas Trilhas do Paes - Pacto pela Aprendizagem no Espírito Santo (Paes) de 2019: o terceiro ciclo de formação “Nas Trilhas do Paes” tem o objetivo de “aprimorar os conhecimentos dos profissionais, nos conteúdos referenciados pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e também cooperar com educadores de todo Brasil” (SEDU, 2019c).

7. Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular (ProBNCC): “A equipe do Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular (ProBNCC) da Secretaria de Estado da Educação (Sedu) tem se reunido, desde março deste ano, para o planejamento e organização da formação do novo Currículo do Espírito Santo” (SEDU, 2019d).

**Figura 3 – Área de atuação dos atores privados em programas de dimensão de privatização do currículo no Espírito Santo**

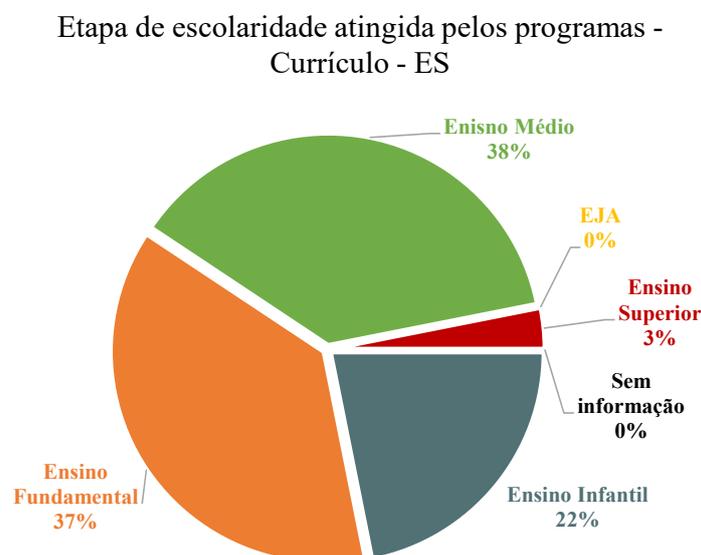
Área de atuação dos agentes privados na dimensão currículo (2013-2019)



Fonte: Elaboração da autora.

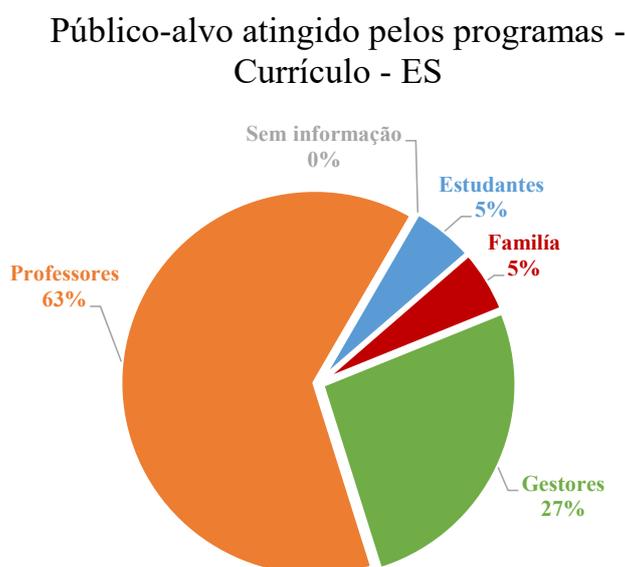
Dos programas de dimensão curricular (Figura 3), vemos que, em sua maioria, são voltados para a categoria de docentes pela capacitação de professores (46%), seguido pela inserção de conteúdos nos projetos pedagógicos (38%), insumos curriculares digitais (12%) e, por último, material didático (4%).

**Figura 4 – Etapa de escolaridade atingida pelos programas curriculares no Espírito Santo (2013-2019)**



Fonte: Elaboração da autora.

**Figura 5 – Público-alvo atingido pelos programas curriculares no Espírito Santo (2013-2019)**



Fonte: Elaboração da autora.

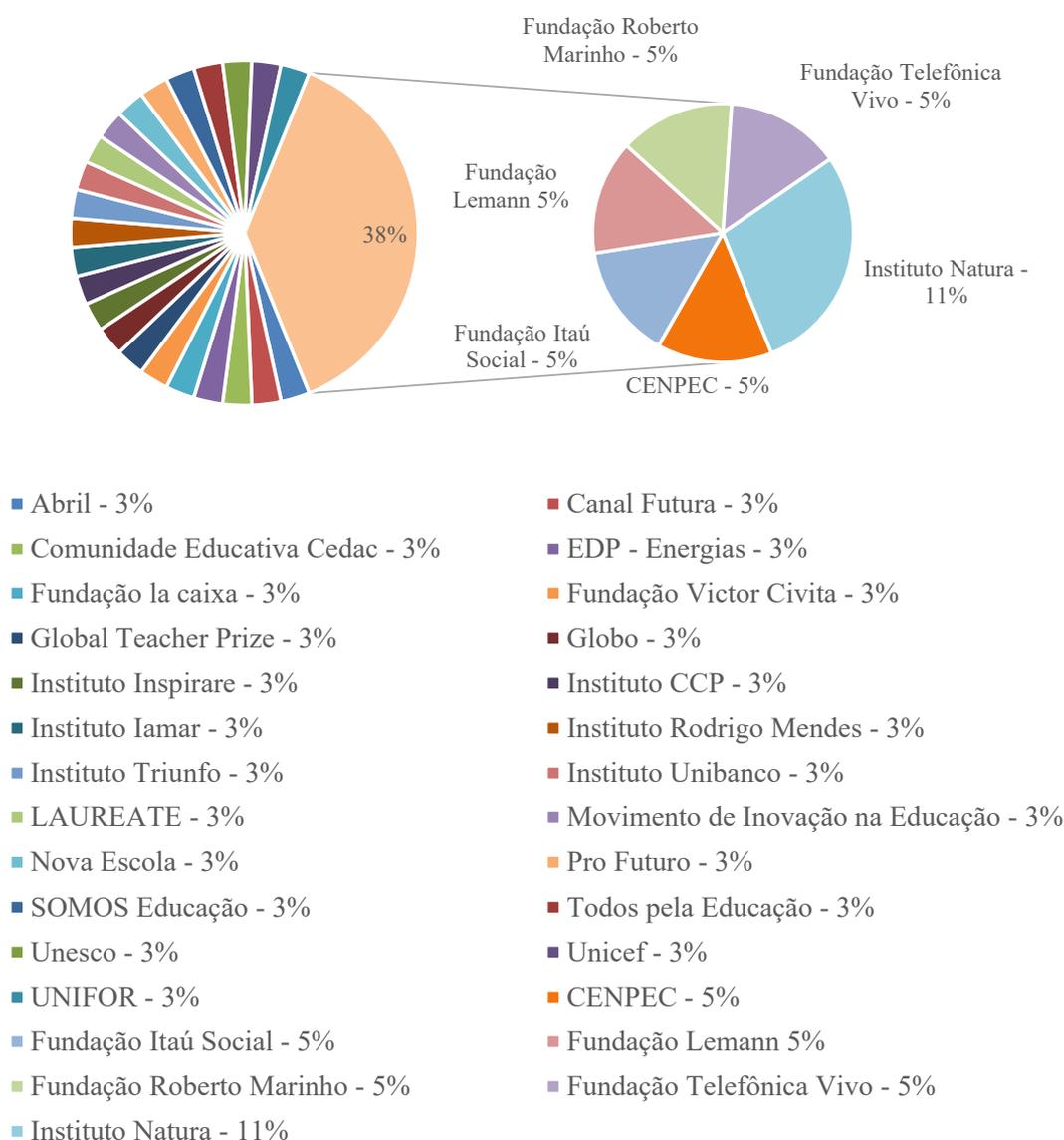
Acerca das etapas da escolarização e do público-alvo dos programas, é importante primeiro ressaltar que alguns projetos atuam em mais de uma etapa e público-alvo ao mesmo tempo. Em sua maioria, os programas encontrados são voltados ao ensino médio (38%), seguidos de perto pelas ações realizadas no ensino fundamental (37%), depois, em menor número, temos o ensino infantil (22%), o ensino superior (3%) e nenhum dado que abarque o ensino de jovens e adultos (0%) (Figura 4). Na figura seguinte (Figura 5), podemos observar que o público-alvo da maioria dos projetos é a categoria de docentes, atingindo 63% dos programas, seguida pelos gestores, com 27%, e depois pelos estudantes e pela família, com 5% cada. Nesse ponto podemos observar que os projetos criados por reformadores



A rede de todos os atores, envolvidos com os projetos de dimensão curricular no Espírito Santo, encontra-se sistematizada pela Figura 7, na qual identificamos as instituições públicas em cinza, sendo 7 ao todo, e o setor privado em branco, que somam 29 atores diferentes que estão envolvidos direta e massivamente com o processo de construção do currículo.

**Figura 8 – Frequência de atores privados nos programas de currículo no Espírito Santo, entre 2013 a 2019**

### Frequência de atores privados presentes nos programas de dimensão curricular - ES



Fonte: Elaborado pela autora.

Como podemos constatar a partir da Figura 7, de todos os programas relativos ao currículo que foram encontrados, temos a ação de diversos outros atores além dos atores envolvidos com o MBNC. Todos os atores encontram-se listados na Figura 8, com a

porcentagem de vezes que o nome de cada um surgiu no mapeamento. Como mostra o círculo menor, conseguimos identificar os atores mais frequentes envolvidos nessas ações, sendo eles: Instituto Natura (11%), Fundação Itaú (5%), Cenpec (5%), Fundação Lemann (5%), Fundação Telefônica Vivo (5%) e Fundação Roberto Marinho (5%), ou seja, a porcentagem nos mostra que, no mapeamento empreendido, esses são os grupos mais envolvidos com projetos de dimensão da privatização dos currículos na rede pública estadual de educação do ES.

## Em busca da conclusão

O presente trabalho encontra-se em andamento, com isso, não consolidamos as reflexões e análises para conseguir responder se, com o avanço da homologação da BNCC e agora com seu processo de implementação em curso, estamos observando o setor privado adentrar no sistema público de ensino com mais facilidade, incidindo na construção do currículo e na sua significação. Podemos afirmar que os reformadores empresariais estão cada vez mais envolvidos no âmbito educacional, como bem mostrou o aumento dos dados de incidência de projetos em 2019, com alguns objetivos voltados à implementação da Base nas instituições escolares. Esses atores organizados no MBNC, que possuem interesses diversos, atuam nas redes de ensino não necessariamente da mesma forma, mas agem em conjunto para fazer valer seus interesses em comum.

Resta agora investigar se esse aumento incidirá diretamente sobre a construção e significação do currículo nas escolas, se as novas políticas educacionais curriculares têm sido usadas pelo Movimento empresarial como mecanismo de privatização do público, ou se, com Base ou sem Base, esse processo de privatização endógeno já estaria amplamente em curso. Podemos afirmar, por ora, que as ações do setor privado na educação nunca foram tão facilitadas pelo Estado, e a escola pública é quem tem pagado essa conta.

## Referências

ADRIÃO, Theresa Maria de Freitas et al. **Mapeamento da inserção do setor privados nas redes públicas estaduais de educação 2005-15**. Campinas, 2018. Disponível em: [https://www.grepe.fe.unicamp.br/pt-br/mapeamento\\_da\\_insercao\\_do\\_setor\\_privado\\_nas\\_redes\\_estaduais\\_de\\_educacao\\_2005\\_2015](https://www.grepe.fe.unicamp.br/pt-br/mapeamento_da_insercao_do_setor_privado_nas_redes_estaduais_de_educacao_2005_2015). Acesso em: 28 ago. 2020.

APPLE, Michael. **Educando à direita: mercados, padrões, Deus e desigualdade**. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2003.

BALL, Stephen John. **Educação Global S. A.: Novas redes políticas e o imaginário neoliberal**. Ponta Grossa: UEPG, 2014.

CANABRAVA, Bruna Werneck; TEIXEIRA, Carlos Sávio G. O “sonho grande” de Lemann e o desprestígio da universidade e ciência brasileiras. **[SYN]THESIS**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 88-96, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/synthesis/article/download/47145/31385>. Acesso em: 06 de jan. de 2021.

CENPEC. **Conheça os vencedores do Desafio Inova Escola**. 2019. Disponível em: <https://www.cenpec.org.br/noticias/conheca-os-vencedores-do-desafio-inova-escola>. Acesso em: 07 jan. 2021.

COMUNIDADE DE APRENDIZAGEM. **Formação de formadores em Comunidade de Aprendizagem**: reflexões do percurso formativo. 2019. Disponível em: <https://www.comunidadeaprendizagem.com/uploads/materials/575/22dcb300fefef2bb98d329c9137aaa7b.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2021.

CÓSTOLA, Andresa; BORGHI, Raquel Fontes. Os reformadores empresariais e as políticas educacionais: análise da influência do Movimento Todos pela Base Nacional Comum no processo de construção da BNCC. 2018. **Trabalho de conclusão de curso** – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista ‘Júlio de Mesquita Filho’, 2018a.

CÓSTOLA, Andresa; BORGHI, Raquel Fontes. Os reformadores empresariais e as políticas educacionais: análise do movimento todos pela base nacional comum. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 22, n. esp. 3, p. 1313-1324, dez. 2018b.

ENGUITA, Mariano Fernández. **A Face Oculta da Escola**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FREITAS, L. C. Os reformadores empresariais da educação: da desvalorização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 119, 379-404, 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302012000200004>. Acesso em: 28 ago. 2020.

FUNDAÇÃO TELEFÔNICA VIVO. **Desafio Inova Escola**. São Paulo, 2020. Disponível em: <http://fundacaotelefonicavivo.org.br/acervo/desafio-inova-escola/>. Acesso em: 07 jan. 2021.

GARCIA, Teise; ADRIÃO, Theresa. **Currículo, gestão e oferta da educação básica brasileira**: incidências de atores privados nos sistemas estaduais (2005-2015). Curitiba: CRV, 2018.

GRADIN, Bernardo. **Perfil**. 2021. Disponível em: <http://www.bernardogradin.com.br/perfil/>. Acesso em: 14 de jan. de 2021.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2014.

IBGE. Panorama Espírito Santo. **Censo 2010**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/panorama>. Acesso em: 28 ago. 2020.

IBGE. Panorama Espírito Santo. **IDEB 2017**. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/panorama>. Acesso em: 28 ago. 2020.

INSTITUTO INSPIRARE. **O instituto**. São Paulo, 2021. Disponível em: <http://inspirare.org.br/instituto/>. Acesso em: 19 jan. 2021.

INSTITUTO ITAÚ. **Quem somos**. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.itaubba-pt/quem-somos/>. Acesso em: 19 jan. 2021.

INSTITUTO UNIBANCO. **Governança**. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.institutounibanco.org.br/o-instituto/governanca/>. Acesso em: 19 jan. 2021.

MACEDO, Elizabeth. Base Nacional Curricular Comum: novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para educação. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 12, n. 03 p. 1530 - 1555 out./dez. 2014. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/21666/15916>. Acesso em: 19 jan. 2021.

MOVIMENTO PELA BASE NACIONAL COMUM. **O Movimento**. 2016. Disponível em: <http://movimentopelabase.org.br/o-movimento/>. Acesso em: 01 set. 2020.

MOVIMENTO PELA BASE NACIONAL COMUM. **Quem somos**. 2019. Disponível em: <http://movimentopelabase.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 01 set. 2020.

PERONI, Vera Maria. Múltiplas formas de materialização do privado na educação básica pública no Brasil: sujeitos e conteúdo da proposta. **Currículo sem fronteiras**, v. 18, n. 1, p. 212-238, abr. 2018.

PERONI, Vera Maria; CAETANO, Maria Raquel. O público e o privado na educação: projetos em disputa? **Revista Retratos da Escola**, v. 9, n. 17, p. 337-352, jul./dez. 2015.

RAVITCH, Diane. **Vida e morte do grande sistema escola americano**: como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação. Porto Alegre: Sulina, 2011.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. 36. ed. São Paulo: Autores Associados; Cortez, 1986.

SEDU. **Histórico**: Conselho Estadual de Educação do Espírito Santo – CEE/ES. Vitória, 2014. Disponível em: <https://cee.es.gov.br/apresentacao>. Acesso em: 28 ago. 2020.

SEDU. **Avaliações Nacionais**. Vitória, 2018. Disponível em: <https://sedu.es.gov.br/avaliacoes-nacionais>. Acesso em: 28 ago. 2020.

SEDU. **Inscrições para formação de implementação do Currículo vão até esta segunda**. Vitória, 2019a. Disponível em: <https://sedu.es.gov.br/Not%C3%ADcia/inscricoes-para-formacao-de-implementacao-do-curriculo-vao-ate-esta-segunda-15>. Acesso em: 07 jan. 2021.

SEDU. **Educadores participam de capacitação para implantação do currículo de formação técnica**. Vitória, 2019b. Disponível em: <https://sedu.es.gov.br/Not%C3%ADcia/educadores-participam-de-capitacao-para-implantacao-do-curriculo-de-formacao-tecnica>. Acesso em: 07 jan. 2021.

SEDU. **Professores participam do 3º ciclo da formação “Nas Trilhas do Paes”**. Vitória, 2019c. Disponível em: <https://sedu.es.gov.br/Not%C3%ADcia/professores-participam-do-3o-ciclo-da-formacao-nas-trilhas-do-paes>. Acesso em: 07 jan. 2021.

SEDU. **Equipe ProBNCC-ES planeja e organiza formação do novo Currículo do Espírito Santo**. Vitória, 2019d. Disponível em: <https://sedu.es.gov.br/Not%C3%ADcia/equipe-probncc-es-planeja-e-organiza-formacao-do-novo-curriculo-do-espirito-santo>. Acesso em: 07 jan. 2021.

SEDU. **Secretário de Educação coordena 1º Encontro da Frente de Regime de Colaboração da Agenda da Aprendizagem em Brasília**. Vitória, 2019e. Disponível em: <https://www.es.gov.br/Noticia/secretario-de-educacao-coordena-1o-encontro-da-frente-de-regime-de-colaboracao-da-agenda-da-aprendizagem-em-brasilia>. Acesso em: 07 jan. 2021.

SILVA, Simone Gonçalves da; CANTARELLI; Juliana Mezomo. Justiça social e discurso neoliberal: problematizações sobre a base nacional comum curricular. **Espaço Pedagógico**, Passo Fundo, v. 26, n. 3, p. 777-794, set./dez. 2019. Disponível em: [www.upf.br/seer/index.php/rep](http://www.upf.br/seer/index.php/rep). Acesso em: 10 jan. 2021.

UNCME. União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação. **Guia das regulamentações**: referências para os sistemas municipais de ensino quanto à aprovação e normatização dos currículos de referência alinhados à BNCC. 06 ago. 2020. Disponível em: [https://uncme.org.br/Gerenciador/kcfinder/upload/files/guia\\_regulamentacoes\\_final\\_paginado-uncme.pdf](https://uncme.org.br/Gerenciador/kcfinder/upload/files/guia_regulamentacoes_final_paginado-uncme.pdf). Acesso em: 28 ago. 2020.

**Andresa Cóstola** é graduada em Geografia (licenciatura, 2017 e bacharel, 2018) pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Campus de Rio Claro. Mestranda em Educação pela mesma instituição, na linha de pesquisa 'Educação: políticas, gestão e o sujeito contemporâneo'. Membro do corpo editorial da Revista Geografia da Unesp de Rio Claro. Integrante do Grupo de Pesquisa GREPPE (Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional), coordenado pela professora Dr. Theresa Maria de Freitas Adrião.

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-8903-4204>

E-mail: [andresacostolaa@gmail.com](mailto:andresacostolaa@gmail.com)

**Raquel Fontes Borghi** possui graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual Paulista - Araraquara (1996), mestrado em Educação Escolar pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2000) e doutorado pela mesma universidade (2005). É professora do Departamento de Educação da Universidade Estadual Paulista - Rio Claro. É membro da equipe editorial da Revista Educação Teoria e Prática e atualmente é Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Educação/UNESP/Rio Claro. Pesquisadora do GREPPE (Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional) e da Rede de Latino Americana e Africana de Pesquisadores em Privatização da Educação.

ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-1486-7396>

E-mail: [raborghi@gmail.com](mailto:raborghi@gmail.com)

*Recebido em 14 de outubro de 2020*

*Aprovado em 16 de fevereiro de 2021*